

O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL A PARTIR DOS DADOS DO IBGE

TIAGO PEREIRA CHAVES¹; ARTHUR VIANA ALVES²; CAROLINE NICKEL ÁVILA³; MAICON ROCHA SILVA⁴; KÁTIA GISLAINE BAPTISTA GOMES⁵

¹*Universidade Federal de Pelotas – tiagopereirachaves@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – arthur.viana@outlook.com*

³*Universidade Católica de Pelotas – oi.caroline@hotmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – maicon.sr.2@hotmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – gomeskat@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2015 estimou a população brasileira em aproximadamente 204,9 milhões de pessoas e expôs taxa de crescimento anual de cerca de 1,0% no período de 2005 a 2015. O Brasil foi o quinto país em volume de população em 2015, atrás de China, Índia, Estados Unidos da América e Indonésia, respectivamente, de acordo com as projeções populacionais, realizadas pelas Nações Unidas e divulgadas no *World population prospects* (2015). O avanço da composição populacional por grupos de idade aponta para a tendência do envelhecimento demográfico, que se dá pelo acréscimo do percentual de idosos na população e o consequente decréscimo do percentual dos demais grupos etários.

A modificação no perfil demográfico tem sido intensivamente investigada e retratada nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Há de considerar-se a discussão da nova realidade demográfica brasileira cada vez mais urgente e importante no que tange a necessidade destas questões serem consideradas no planejamento e reformulação das políticas social, econômica e de saúde; levando em consideração que o Brasil, embora já apresente um perfil demográfico parecido ao dos países mais desenvolvidos, ainda não dispõe de uma infraestrutura de serviços que dê conta das demandas decorrentes das transformações demográficas em vigor.

É sabido que o envelhecimento populacional vem acompanhado de um aumento no número de doenças crônicas na população, o que requer uma melhora na qualidade dos serviços de saúde, corroborando com essa afirmativa a Organização Mundial da Saúde (OMS) pontua: “*O principal impacto negativo do envelhecimento da população é o acréscimo da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), que são as principais causas de mortalidade e incapacidade em todo o mundo o que leva a vários desafios direcionados ao sistema público de saúde*” (Organização Mundial da Saúde, 2015).

Considerando os desafios que surgem neste cenário e as necessidades de aprimoramento das políticas públicas, o estudo tem por objetivo avaliar os impactos que o envelhecimento populacional no Brasil causa nas políticas

públicas de saúde, sobre uma perspectiva do gestor público com base na análise das condições de vida da população brasileira segundo o IBGE, 2016.

2. METODOLOGIA

O presente estudo é caracterizado como documental, desenvolvido a partir de material já elaborado, neste caso foram consultados documentos primários e secundários (GIL, 2008), onde os dados utilizados foram coletados do arquivo “Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2016. Para o presente estudo foi realizada uma revisão narrativa da literatura a fim de explorar o universo de pesquisa das políticas públicas relacionadas à mudança no perfil demográfico da população brasileira.

Foram utilizadas diversas fontes de informações para a formulação do arquivo “Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira” do IBGE 2016, e, portanto também aqui utilizadas. A principal fonte utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2015, do IBGE. Utilizou-se, ainda do IBGE, o Censo Demográfico 2010, a Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade e a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS). Com relação ao tratamento dos dados, adotou-se o método qualitativo, sendo considerados somente dados secundários no levantamento e síntese dos dados coletados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os maiores percentuais de idosos foram encontrados nas Regiões Sul e Sudeste, com 15,9% e 15,6%, respectivamente, e o menor na Região Norte, com 10,1% da população composta por pessoas com 60 anos ou mais de idade.

Ao se analisar dados das projeções populacionais feitas pelas Nações Unidas (WORLD POPULATION PROSPECTS, 2015), o crescimento populacional de pessoas de 60 anos ou mais de idade na população brasileira seria marcante nas próximas décadas. Entre 1950 e 2000 a proporção de idosos na população brasileira, esteve abaixo de 10,0%, semelhante à proporção encontrada nos países menos desenvolvidos. A partir de 2010, o indicador para o Brasil encontrou-se dispar em relação aos países menos desenvolvidos, aproximando-se do projetado para países desenvolvidos. A estimativa para 2070, é que a proporção da população idosa brasileira (acima de 35,0%) seria, inclusive, mais elevada que indicador para o conjunto dos países desenvolvidos.

Estima-se que a proporção de idosos no Brasil, passe de 11,7% para 23,5%, com tempo de transição esperada de 24,3 anos, calculados a partir de 2015. Nos países mais desenvolvidos essa transição já aconteceu, aproximadamente entre os anos de 1952 e 2014, levando cerca de 62 anos. Ainda para os países menos desenvolvidos a transição demográfica será mais gradual, tendo velocidade estimada do acréscimo da proporção de idosos de 49,2 anos, entre 2022 e 2071.

A Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2013, do IBGE, apresentou indicadores que mostram que os idosos são proporcionalmente a parcela da

população que mais faz uso dos serviços de saúde. A pesquisa averiguou o percentual de indivíduos que buscaram atendimento de saúde nas duas últimas semanas anteriores à data da pesquisa.

De acordo com a Tabela 1, os idosos moradores da Região Centro-Oeste foram os que menos conseguiram atendimento de saúde na primeira vez em que tentaram, foram também os que mais se sentiram discriminados no serviço de saúde. Os idosos residentes na Região Norte foram os que menos conseguiram obter todos os medicamentos receitados. Vale ressaltar que “*atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos*” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 22) é a meta 3.8 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Tabela 1 - Proporção de idosos, por situação de acesso a serviços de saúde, segundo as Grandes Regiões e a situação do domicílio - 2013

Grandes Regiões e situação do domicílio	Proporção de idosos, por situação de acesso a serviços de saúde (%)		
	Que procuraram atendimento de saúde nas duas últimas semanas anteriores à data da pesquisa e conseguiram atendimento na primeira vez que procuraram	Que conseguiram obter todos os medicamentos receitados no último serviço de saúde	Que já se sentiram discriminados no serviço de saúde
Brasil	96,6	82,6	8,4
Norte	96,4	78,3	11,1
Nordeste	95,5	83,2	8,5
Sudeste	97,1	82,6	7,1
Sul	96,7	82,7	9,7
Centro-Oeste	95,3	82,9	12,3
Situação do domicílio			
Urbana	96,5	82,9	8,5
Rural	96,8	79,9	7,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2013.

Ainda, segundo Drachler *et al.* (2003) “Promover a saúde com equidade torna-se, portanto, um grande desafio para os gestores públicos, pois os níveis de desigualdades sociais em saúde e os recursos insuficientes fazem com que as prioridades para a gestão pública se baseiem no conhecimento da situação de saúde e do impacto de políticas, programas, projetos e ações sobre a saúde e seus determinantes”.

O aumento do número de idosos e a consequente maior utilização do sistema de saúde, decorrentes do maior tempo de vida e das múltiplas doenças crônicas, configuram-se como grandes desafios para o sistema de saúde e para os gestores que formulam políticas públicas para atender de forma abrangente e eficiente esta população de constante demanda.

4. CONCLUSÕES

A expectativa de vida ao nascer aponta para um processo de envelhecimento populacional no país, o que vai demandar novas prioridades na área das políticas públicas. Como modelo dessas prioridades, destaca-se a formação de recursos humanos para atendimento geriátrico e gerontológico. Além disso, as alterações no perfil demográfico da população ocasionam o crescimento dos gastos com tratamentos médico e hospitalar, tornando-se importante a organização dos serviços de saúde para o melhor acolhimento deste grupo etário.

Faz-se necessária, portanto, a implantação de políticas públicas de saúde direcionadas para a população idosa para que haja uma melhor qualidade de vida, buscando prioritariamente a prevenção e manutenção, evitando assim distribuir os gastos com a recuperação da saúde, deixando de focalizar em políticas públicas de caráter compensatório.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DRACHLER M.L.; CÔRTES S.M.V.; CASTRO, J.D.C.; LEITE, J.C.C. Proposta de metodologia para selecionar indicadores de desigualdade em saúde visando definir prioridades de políticas públicas no Brasil. Ciência Saúde Coletiva 2003.

IBGE, Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

-----, Pesquisa Nacional de Saúde 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a .

----- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

-----, Projeção da população do Brasil por sexo e idade 2000-2060; Projeção da população das unidades da federação por sexo e idade 2000-2030. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

-----, Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2016. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Population indicators. In: WORLD population prospects: the 2015 revision. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affair, Population Division, 2015.

World Health Organization (WHO). Noncommunicable diseases prematurely take 16 million lives annually, WHO urges more action ,2015.